

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.962 - SP (2019/0283758-8)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : JAMES DICK
AGRAVANTE : JAMES VIUDES DICK
ADVOGADO : RENATA VILHENA SILVA - SP147954
AGRAVADO : UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL
REPR. POR : FABIANO FABRI BAYARRI - LIQUIDANTE
ADVOGADO : JOSÉ CARLOS DE ALVARENGA MATTOS E OUTRO(S) - SP062674

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES C/C COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Ação de restituição de valores c/c compensação por danos morais.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
3. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ausência da caracterização dos requisitos ensejadores da desconsideração da personalidade jurídica, nos termos da legislação consumerista, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.
4. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por JAMES DICK e JAMES VIUDES DICK, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em Recurso Especial interposto em: 17/06/2019.

Concluso ao gabinete em: 28/10/2019.

Ação: de restituição de valores c/c compensação por danos morais, em fase de cumprimento de sentença, ajuizada pelos agravantes, em face de UNIMED PAULISTANA SOC COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL, na qual possuem o objetivo de compeli-la a

Superior Tribunal de Justiça

efetuar o reembolso no valor de R\$ 47.335,62 correspondente às despesas médicas-hospitalares havidas no Hospital Bandeirantes e de inteira responsabilidade da demandada a ser acrescido de correção monetária e juros, bem como realizar o pagamento de compensação por danos morais em valor a ser arbitrado pelo juiz, não inferior a R\$ 30.000,00.

Decisão interlocutória: indeferiu o pedido de instauração de incidente de desconconsideração da personalidade jurídica em face da agravada.

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelos agravantes, nos termos da seguinte ementa:

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - INDEFERIMENTO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA EMPRESA QUE ENTROU EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - Não vislumbrada a presença dos pressupostos autorizadores à aplicação do instituto sem desvirtuar sua finalidade, sua rejeição era de rigor - Inexistência da configuração de excesso de poder, abuso de direito, violação ao estatuto ou má administração **ou prática de ato ilícito com o intuito de prejudicar o ressarcimento de credores** - Insolvência resultante da magnitude do negócio, exigências da Agência Reguladora e débitos amealhados que dificultaram a solidez econômica - **Recuperação judicial decretada que tem também como finalidade a adoção de ações estratégicas para viabilizar o pagamento de credores** - Agravo desprovido. (e-STJ, fl. 54)

Embargos de declaração: opostos pelos agravantes, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 28 do CDC; 50 do CC/02; 133, 134 e 789, todos do CPC/15. Sustenta que, na hipótese, se encontram presentes os requisitos exigidos para a desconconsideração da personalidade jurídica da entidade agravada nos termos da legislação consumerista.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- Julgamento: aplicação do CPC/15

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 50 do CC/02; 133, 134 e 789, todos do CPC/15, indicados como violado, apesar da interposição de

embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, portanto, a Súmula 211/STJ.

Além disso, não obstante a afirmação do Tribunal de origem de prequestionamento da matéria em razão do teor do art. 1.025 do CPC/15, cabe ressaltar que o dispositivo citado dispõe que serão *incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de pré-questionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade*. Entretanto, na situação posta em análise, esta Corte não entende pela existência de erro, omissão, contradição ou obscuridade, o que impede a inclusão do dispositivo mencionado nas razões do recurso especial no bojo do acórdão impugnado para fins de prequestionamento da matéria.

Por derradeiro, cabe ressaltar que os agravantes sequer alegaram ofensa ao art. 1.022 do CPC/15 (negativa de prestação jurisdicional).

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à ausência da caracterização dos requisitos ensejadores da desconsideração da personalidade jurídica, nos termos da legislação consumerista, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ (AgInt no AREsp 1.072.971/PR, 3ª Turma, DJe 05/03/2018; AgInt no AREsp 1.439.557/SP, 4ª Turma, DJe 24/09/2019).

A esse propósito, é o teor do acórdão recorrido:

Deveras, o processo de recuperação judicial irrefutavelmente dificulta a imediata satisfação do crédito, **mas não se pode olvidar que entre seus objetivos está o de também viabilizar a tomada de ações estratégicas a fim de permitir o pagamento dos credores ordenadamente. Como bem pontuou a decisão agravada, só justifica a desconsideração da personalidade jurídica, ainda que aquela prevista no art. 28 do CDC, no caso de falência ou insolvência quando provada a má gestão “em detrimento do consumidor”, ou seja, sempre que abusos sejam praticados atendo a pessoa jurídica como escudo, circunstância não caracterizada a contento.**

Nessa ordem de ideia, malgrado o louvável esforço dos d. Procuradores das

Superior Tribunal de Justiça

partes, não vislumbrados a presença dos pressupostos autorizadores, neste momento, a desconsideração da personalidade jurídica é de ser repelida, pena de desnaturalizar-se o instituto da *disregard of legal entity*. (e-STJ, fl. 58/59)

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo, para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, ambos do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora